



NORMAS DE FUNCIONAMENTO

NOTA JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Lagoa considera que os jovens devem ter um envolvimento acrescido na sociedade democrática, promovendo uma cidadania ativa. O exercício de cidadania exige envolvimento, participação e aprendizagem. Os Orçamentos Participativos dos Jovens pretendem assumir-se como um importante meio de atuação, potenciando a participação dos jovens na vida das comunidades locais. A implementação no Município de Lagoa do Orçamento Participativo Jovem, vai ao encontro dessas exigências, permitindo adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos jovens, promovendo, assim, a participação cívica dos jovens lagoenses na elaboração do orçamento municipal, estreitando a ligação entre a autarquia e os jovens. A Câmara Municipal de Lagoa dá, desta forma, um passo em frente no apelo à cidadania e à participação da juventude na construção de um Concelho, com maior participação dos jovens no qual terão a oportunidade de desenvolverem processos participativos e de decisão em matérias que lhe dizem diretamente respeito, fundamentais para o seu futuro e para o desenvolvimento do Concelho.

A elaboração desta proposta de normas de funcionamento do Orçamento Participativo Jovem foi efectuada mediante consulta do Conselho Municipal de Juventude de Lagoa, na sua reunião de 09 de Março de 2016. Assim, e nos termos do disposto artigos 2º e 241º da Constituição da República Portuguesa, a alínea g) é criado o Orçamento Participativo Jovem de Lagoa.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Missão

1. O Município de Lagoa pretende, através do Orçamento Participativo Jovem (doravante designado por OPJ), promover a progressiva participação cívica dos jovens lagoenses na discussão e elaboração do orçamento municipal.
2. A implementação do OPJ inspira-se nos valores da democracia participativa, decorrendo do emanado do art. 2.º da Constituição da República Portuguesa

Artigo 2º

Objectivos

1. O OPJ visa contribuir para o exercício de uma intervenção informada, activa e responsável dos jovens nos processos de governação local garantindo a sua participação na decisão sobre afectação de recursos públicos às políticas públicas municipais.
2. Esta participação tem como objectivos
 - a. Incentivar o diálogo e interacção entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e a sociedade civil, de forma organizada, na procura das melhores soluções para os problemas, tendo em conta os recursos disponíveis e promovendo uma democracia de proximidade;

- b. Contribuir para a educação cívica, permitindo aos cidadãos integrar as suas preocupações pessoais com o bem comum, compreendendo a complexidade dos problemas e desenvolvendo atitudes, competências e práticas de participação;
- c. Adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas dos jovens, para melhorar a qualidade de vida da comunidade, favorecendo a modernização participativa da Administração;
- d. Aumentar a transparência da actividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia e apoiar o desenvolvimento comunitário.

Artigo 3º

Recursos Afectos

- 1. Compete à Câmara Municipal de Lagoa definir, anualmente, a verba do Orçamento Municipal a atribuir ao OPJ.

Artigo 4º

Âmbito Territorial e Áreas de Intervenção

- 1. O OPJ tem como âmbito territorial o Concelho de Lagoa, abrangendo todas as áreas de intervenção da Câmara Municipal de Lagoa

CAPÍTULO II

Funcionamento

Artigo 5º

Destinatários

- 1. São destinatários do OPJ todos os jovens residentes, trabalhadores ou estudantes no Concelho de Lagoa, com idades compreendidas entre os 12 e os 30 anos inclusive. A estes assiste o direito de apresentar propostas do OPJ.
- 2. Podem votar todos os residentes no concelho com idade superior a 12 anos.
- 3. A candidatura pode ser apresentada a nível individual ou em grupo.

Artigo 6º

Modelo de Participação

- 1. O OPJ assenta num modelo de participação com duas vertentes, uma de cariz consultivo e outra de cariz deliberativo.
- 2. No âmbito consultivo, os jovens são consultados para apresentarem propostas de investimento municipal, dentro dos limites predefinidos e disponíveis para o efeito.
- 3. No âmbito deliberativo, os jovens votam os projetos que resultam das propostas apresentadas.
- 4. Podem ser apresentadas propostas nas áreas da competência do Município, que incidam sobre investimentos, manutenções, programas ou actividades e projectos transversais a todo ou a parte do concelho.

Artigo 7.º

Fases do OPJ

- 1. O OPJ tem um ciclo anual dividido em 5 fases:
 - a. Fase Divulgação do OPJ ;
 - b. Fase de Apresentação das propostas;

- c. Fase de Análise técnica das propostas apresentadas;
 - d. Fase de Apresentação Pública e Votação das propostas
 - e. Fase de Divulgação das propostas vencedoras;
2. O calendário das diferentes fases do OPJ será fixado anualmente.

CAPÍTULO III

Análise e Apresentação das propostas

Artigo 8.º

Fase de Divulgação do OPJ

1. O OPJ será apresentado e divulgado pelo Município de Lagoa à comunidade jovem através de iniciativas públicas e de outras formas de comunicação ao seu dispor, nomeadamente site, redes sociais e comunicação social.
2. O debate e a participação pública serão realizados presencialmente, via contacto institucional entre escolas, movimentos associativos ou ainda, através de mecanismos online, promotores da utilização das tecnologias de informação e comunicação.
3. Anualmente será definido, pelo conselho, o período de apresentação de propostas, bem como a forma e condições de apresentação..

Artigo 9.º

Fase de Apresentação das Propostas

1. As propostas devem ser específicas, bem delimitadas na sua execução e, se possível, no território, para uma análise e orçamentação concreta.
2. A apresentação das propostas deverá ser feita dentro dos prazos definidos pelo calendário anual do OPJ, redigido em formulário próprio disponível no site do Município www.lagoa-acores.pt, através do endereço de correio electrónico opjovem@lagoa-acores.pt, ou entregues em envelope fechado na Câmara Municipal de Lagoa, no Edifício dos Paços do Concelho.

Artigo 10.º

Fase de Análise Técnica das Propostas

1. Após terem sido apresentadas as propostas, proceder-se-á à análise técnica das mesmas por parte de uma Comissão de Análise Técnica composta por três técnicos superiores do Município, designados pela Presidente da Câmara Municipal de Lagoa e dois representantes designados pelo Conselho Municipal da Juventude de entre os seus membros.
2. São excluídas as propostas que a Comissão de Análise Técnica entenda não reunir os requisitos necessários à sua admissão ou implementação, designadamente:
 - a. Não apresentar todos os dados necessários à sua avaliação ou concretização;
 - b. O valor da proposta ultrapassar o montante a que se refere o artigo 3.º;
 - c. Contrariar regulamentos municipais ou violar a legislação em vigor;
 - d. Configurar venda de serviços a entidades concretas;

- e. Contrariar ou serem incompatíveis com planos ou projectos municipais;
 - f. Estarem a ser executadas no âmbito dos documentos previsionais do Município e receber outro financiamento para o mesmo fim;
 - g. Serem demasiado genéricas ou muito abrangentes, não permitindo a sua adaptação a projecto;
 - h. Não serem tecnicamente exequíveis;
 - i. Evidenciar aproveitamento indevido em prol de pessoa singular ou colectiva;
3. Após a análise dos atributos das propostas, a Comissão de Análise Técnica, poderá solicitar os esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e avaliação das mesmas.
 4. A Comissão de Análise Técnica elabora uma lista provisória das propostas acolhidas, a qual submete a audiência prévia dos interessados para que, nos termos do n.º 2 do artº 7., para que estes possam pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão.
 5. O parecer desfavorável pela Comissão de Análise Técnica ao orçamento participativo, de cada um dos projectos apresentados, será publicitado através da página electrónica oficial do Município.
 6. Após a ponderação das observações efectuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, é aprovada, por proposta fundamentada da Comissão de Análise Técnica, pela Câmara Municipal, a lista final contendo as propostas a submeter a votação.
 7. Todos os projectos aprovados serão objecto de publicitação na página oficial para efeitos de conhecimento e consulta.

Artigo 11.º

Apresentação Pública das Propostas

1. As propostas constarão de divulgações à comunidade a realizar de modo presencial ou recorrendo a plataformas tecnológicas digitais.

Artigo 12.º

Votação das Propostas

1. A votação será feita de acordo com o calendário estabelecido, presencialmente em sessões de votação levadas a cabo pela Câmara Municipal de Lagoa por todas as freguesias do concelho, ou se possível, com recurso à adopção de novas tecnologias.
2. Procurando a aproximação dos jovens, os métodos de votação, serão sugeridos anualmente pelo Conselho Municipal da Juventude ao Município que decidirá, ou não, pela sua aplicação.
3. Findo o período de votação, as propostas vencedoras serão publicadas no site do Município e na imprensa local.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Artigo 13.º

Gestão do Processo

A coordenação e gestão de todo o processo é da competência do Conselho da Juventude, cumprindo o definido no regulamento.

Artigo 14.º

Casos omissos e lacunas

As omissões e dúvidas surgidas na interpretação das presentes normas, serão resolvidas no âmbito do funcionamento do Conselho Municipal de Juventude, mormente por parecer da Comissão de Análise Técnica ao Presidente.

Artigo 15.º

Outras Disposições

1. O OPJ será monitorizado e avaliado anualmente pela Câmara Municipal, podendo sofrer alterações que visem o aperfeiçoamento das diversas etapas do processo;
2. O OPJ não se destina a projectos empresariais de índole pessoal ou que visem trazer benefícios, maioritariamente, ao(s) autor(es) do(s) Projecto(s).
3. No início de cada ano civil, a é aprovado, pelo Conselho, o cronograma de implementação do OPJ.

Artigo 16.º

Entrada em Vigor

O presente documento entra em vigor no prazo de dez dias após a sua publicitação via edital nos locais de estilo e na página electrónica oficial do Município de Lagoa.